

• Política

LEGISLATIVO

Senado deve votar nesta semana a isonomia salarial e reforma agrária

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O projeto de lei que estabelece as regras básicas para a implantação da isonomia salarial entre os Três Poderes entra na pauta do Senado nesta terça-feira com regime de urgência. Assim que a matéria for votada, o Congresso Nacional deverá iniciar a discussão sobre a lei delegada solicitada pelo Executivo, para que este possa revisar e instituir as novas gratificações dos funcionários públicos civis e militares.

Embora tenha adiantado na última sexta-feira que o projeto sobre isonomia salarial não deverá enfrentar resistências para ser aprovado, o presidente do Senado, senador Mauro Benevides (PMDB/CE), admite que a lei delegada poderá ter um destino diferente. O primeiro sinal disso foi detectado durante a aprovação do projeto de isonomia na Câmara, na quinta-feira passada.

Por pressão dos partidos de oposição, o bloco governista teve de aceitar a retirada do artigo oitavo do texto original do projeto, que estabelecia a necessidade de o Congresso aprovar uma delegação de po-



Mauro Benevides

deres para o Executivo fixar as novas tabelas de gratificações dos servidores civis e militares.

O relator do projeto, deputado Nelson Jobim (PMDB/RS), deve apresentar seu parecer técnico sobre a lei delegada nesta terça-feira.

Na opinião de Benevides, o que está em julgamento no Senado é exatamente a necessidade da lei delegada.

Ele explicou: "No entendimento do presidente da República, a lei delegada completa o projeto de isonomia, que iremos aprovar nesta terça-feira. As-

As contas do governo

O relatório das contas do governo de 1991, enviado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sem parecer, ao Congresso Nacional, será apreciado somente em agosto.

Segundo o deputado Messias Góes (PFL-SE), presidente da Comissão Mista de Orçamento, é necessário que o Congresso convoque o relator da matéria no TCU, ministro Paulo Affonso Martins, para prestar esclarecimento sobre o relatório e dizer por que o Tribunal não quis aprovar as contas do governo, informou a Agência Brasil.

Alguns deputados, entre eles o líder do PDS, José Luiz Maia (PI), criticaram a decisão do TCU que, baseado no voto do ministro Paulo Affonso Martins, não emitiu parecer prévio, alegando ser esta uma tarefa do Legislativo. O deputado Messias Góes e o relator do Orçamento, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), estão dispostos a devolver ao TCU as contas, exigindo do Tribunal o cumprimento do artigo 71 da Constituição, que o obriga a emitir parecer pela aprovação ou rejeição das contas do governo federal.

sim também entende o ministro da Justiça, e agora cabe ao Congresso, dentro de sua competência constitucional que lhe é deferida, entender se é necessária ou não a lei delegada", informa a Agência Brasil.

Além do projeto sobre isonomia salarial, é possível que o Senado vote também ao longo desta semana a proposta de regulamentação da reforma agrária, já apreciada pela Câmara. Já o projeto de modernização

dos portos, que está sendo analisado pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado, deverá ir a plenário dentro de duas semanas.

Em relação ao acordo fechado pelo governo brasileiro com os bancos credores, que deve ser analisado pelo Senado, Mauro Benevides acredita que, assim que o texto chegar à Casa, dentro de dez dias, no máximo, ele poderá ser homologado pelos senadores.